

Megaeventos em Portugal: Expo 98 e Euro 2004 – análise do pós-evento

Mega-events in Portugal: Expo 98 and Euro 2004 – post-event analysis

Vitor Carlos Marques Durão

Arquiteto Graduado pela Universidade Lusíada, Lisboa, Doutor em Reabilitação Arquitetônica e Urbana/Análise Urbana pela Universidad de Sevilla, membro dos centros de investigação DINÂMIA-CET e CIAAM, do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa - Portugal, e-mail: vmdurao@gmail.com

Resumo

Portugal realizou nas duas últimas décadas, entre outros eventos internacionais, a Exposição Internacional de 1998 (Expo 98) em Lisboa e o Europeu de Futebol de 2004 (UEFA Euro 2004) que foram um êxito no plano organizacional e de participação. Contudo, o que sucedeu e continua a suceder no pós-evento faz com que seja atual a sua análise, até porque, no caso do Euro 2004, podemos mesmo falar de insucesso dessa fase quanto à utilização de estádios e à situação financeira. Propomo-nos dissecar sinteticamente ambos os eventos, tentando discernir aspectos positivos e negativos nas suas realizações, nomeadamente no âmbito urbano, da utilização dos espaços e edifícios, bem como no financeiro, por serem aspectos determinantes de apreciação.

Palavras-chave: Megaeventos. Pós-evento. Expo 98. Euro 2004. Planejamento urbano.

Abstract

Portugal has held together for the past two decades, among other international events, the 1998 International Exposition (Expo 98) in Lisbon, and the 2004 Football European Championship (Euro 2004), which were successful in organizational terms and adherence. However, what happened and is still happening in the post-event scenario makes its analysis a contemporary one. In the case of the Euro 2004, we can even address the lack of success altogether, in this phase. We're proposing to synthetically dissect both of these events to try to discern the positive and negative aspects in their genesis, namely on the urban level, on the use of spaces and buildings, as well as on the financial level, seeing as these are key aspects in evaluating this kind of events.

Keywords: *Mega events. Post-events. Expo 98. Euro 2004. Urban planning.*



Introdução

A Expo 98 englobou a maior intervenção de regeneração urbana realizada no país, cerca de 60 ha, para além da criação de importantes infraestruturas metropolitanas, numa área degradada do porto de Lisboa, enquanto que para a realização do Euro 2004 foram construídos de raiz, estádios no Algarve, Aveiro, Braga, Leiria, Lisboa (Alvalade e Luz) e Porto (Dragão), e reabilitados estádios em Coimbra, Guimarães e Porto (Bessa).

Se o balanço da realização das intervenções urbanas e de infraestruturas como a organização e a execução de ambos os eventos foi globalmente positivo, não se pode dizer o mesmo dos resultados no pós-evento. A solução urbana encontrada para a Expo 98 tem tido um certo êxito urbano, social e económico, apesar de discutível; já os novos campos de futebol realizados para o Europeu resultaram, na maioria dos casos, num deficiente planeamento urbano, desportivo e económico, com impacto financeiro muito negativo nos promotores que os realizaram – como se demonstra pela vontade que atualmente autarquias expressam em vender ou demolir estádios.

Analisamos esses megaeventos dissecando-os e comparando-os, evidenciando aspectos positivos e negativos. Também estabelecemos comparações entre eles e outros realizados em Espanha que tiveram êxitos e insucessos, como os Jogos Olímpicos de Barcelona de 1992 e a Expo 92, em Sevilha. Há uma profunda contradição nos resultados que se obtêm com megaeventos: por um lado são muito apelativos para apresentar grandes obras, para o aparente prestígio internacional, para políticos e populações, bem como para turistas, mesmo que não sejam as obras mais necessárias para os países que os realizam – especialmente se o seu carácter transitório, efêmero, não for ultrapassado e transformado em permanência, ou seja, sem que seja bem planeado de modo que os novos espaços urbanos e equipamentos criados tenham boa utilização após a conclusão dos megaeventos. O que pressupõe que, para se falar do êxito ou inêxito de um megaevento, não nos devemos restringir à análise da sua execução, mas ao que sucede no pós-evento às estruturas urbanas e edificadas e aos aspectos económicos e sociais, definindo-se assim o pós-evento como uma fase de planeamento em continuidade com a realização do evento em si (CASHMAN, 1998).

Efêmero/permanente

Os países e as cidades procuram realizar esse género de eventos pela projeção internacional que proporcionam num mundo cada vez mais competitivo, pela imagem qualificada que tendem a gerar, pela captação de capitais e de investimentos (RAEDER, 2009), pela captação de turismo, por possibilitar a realização de intervenções urbanas de dimensão significativa num curto espaço de tempo, porque são ações mobilizadoras das populações e por permitir, pelo menos durante esse tempo, melhorar o seu prestígio tanto no plano interno como no externo. São momentos que, de um modo geral, agradam aos políticos, aos gestores urbanos e à parte da população.

Mas um evento é algo efêmero. Quando se conclui, vai esfumando-se até ser esquecido e outro começa a ser preparado. Mas esse género de megaevento tem continuidade para além do momento da realização do evento em si, porque as estruturas edificadas, as infraestruturas realizadas os espaços urbanos criados vão persistir, porque têm um carácter de permanência ou deverão efetivamente ter para que toda a obra criada seja reutilizada e/ou readaptada. Esse aspecto é determinante na apreciação do pós-evento.

Sítios urbanos

Os espaços urbanos, se não têm vivência, degradam-se e ficam abandonados nas cidades – tal como acontece com espaços junto a estádios, que normalmente só têm vivência quando há jogos, apresentando no resto do tempo muito pouco uso. Espaços assim no pós-megaevento tendem para uma degradação rápida, pois não há experiência de utilização nem memória e, por isso, entendemos que esses espaços criados não são exatamente espaços urbanos. Mas também não são *vazios urbanos* (SOLÁ-MORALEZ, 2002), porque estão edificados. Talvez seja mais correto falar de *sítios urbanos*. Locais tratados mas sem uso. É a criação da não urbe o que encerra em si uma profunda contradição: criar o espaço e o edifício, proporcionar as acessibilidades necessárias e depois não ter uso e deixar na sua envolvente espaços de grande dimensão abandonados. Não se transformou o espaço efêmero do megaevento em espaço urbano, em espaço de permanência. O carácter transitório não foi ultrapassado para o nível superior de uso do espaço

construído, apesar do esforço e da vontade dos intervenientes em conseguir os melhores resultados. Os êxitos e inêxitos de um projeto urbano prendem-se muitas vezes com fatores exógenos às equipes de projeto e planejamento. A vivência de um novo espaço urbano, o êxito de utilização, não se conhece à partida e é resultante de muitos e imprevisíveis elementos não domináveis pelo que é fundamental atuar de acordo com as melhores práticas de planejamento e gestão urbanas. Se, na decisão de realizar um megaevento do gênero em análise, for entendido o seu efetivo caráter efêmero, estamos convictos de que isso possibilitaria opções mais ponderadas, mais rigorosas e que teriam por objetivo central a preocupação de gerar permanência de uso para os espaços urbanos e edifícios no pós-evento.

Megalomania: megassucesso/megainsucesso

A megalomania parece ser um fenômeno que, com certa facilidade, envolve esse gênero de eventos (CLARA, 2008), até pela dimensão que alcançam e por serem também utilizados como momentos para novas e significativas transformações urbanas. Umbras obras induzem outras, como aconteceu na Expo 98 com uma série de infraestruturas de cariz regional que foram realizadas, e no Euro 2004, em acessibilidades que nalguns casos foram muito além do que seria necessário para o estádio. Se a euforia de realizar obra contagia decisores, a euforia de ter obra contagia populações, que, de um modo geral, julgam esses eventos como benéficos para o país (CLARA, 2008). Políticos e população comungam assim de um momento, de uma certa paz social. Esse aspecto é fundamental para o êxito do evento e para o prestígio momentâneo do país. Mas o entusiasmo gerado leva muitas vezes, como sucedeu em ambos os eventos, a que se criem estádios e/ou espaços urbanos a mais que poderiam ser evitados. E essa é no mínimo uma sensação estranha: planejar-se tanto, gastar-se tanto, trabalhar-se tanto, projetar-se e construir-se novos espaços urbanos que no pós-evento se transformam em vazios, porque não captam usos nem vivências, não servem a pessoas graças à ausência de utilização desse espaço. Esse pode ser o maior inêxito de um evento e o seu maior problema e dificuldade. A chave para o sucesso parece ser preparar à partida o que se segue no pós-evento com muito realismo, quer no

plano das realizações físicas no território, quer no plano financeiro, porque, tendencialmente, o evento terá mais custos do que inicialmente é previsto como se demonstra no Quadro 1. que compara os custos previstos por estádio público para o Euro 2004 e o seu custo real, que foi em média superior a 230%.

Estratégia e planejamento

A capacidade de mudar o caráter efêmero de um evento em permanente é decisiva para o êxito do megaevento e está intrinsecamente relacionada com a sua estratégia, com a sua flexibilidade, o que influenciará o planejamento geral. Este planejamento deverá assentar em três momentos de realização e concretização desde o início dos estudos e do trabalho, após a decisão da sua realização:

- a preparação global do megaevento;
- a execução do megaevento;
- o pós-megaevento: utilização/reutilização, sustentabilidade e manutenção.

Estas três fases estão interligadas e são inseparáveis, pois sofrem influências recíprocas no processo de procura dos melhores resultados. Só com um planejamento interdisciplinar integrador eficaz é possível projetar o megaevento sabendo como dar continuidade após a sua conclusão e preparar bem cenários

Quadro 1 - Estimativa do Estado/Administração Central para a conclusão e remodelação dos estádios e sua comparação com o custo real efetivo

Indicadores	Custo de Referência Estádio	Custo final Estádio	Acréscimo Custo Ref. Estádio
Estádio Municipal de Braga	29.927.874	108.094.387	361,18%
Estádio D. Afonso Henriques	15.961.533	26.386.279	165,31%
Estádio Municipal de Aveiro	29.927.874	51.054.129	170,59%
Estádio Cidade de Coimbra	14.963.937	38.029.638	254,14%
Estádio Dr. Magalhães Pessoa	19.453.118	53.850.170	276,82%
Estádio Algarve	29.927.874	46.140.544	154,17%
Total	140.162.210	323.555.147	230,84%

Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS, 2005, extrato do quadro da p. 140.

possíveis, atendendo às cada vez mais complexas e diversificadas situações.

Um megaevento como a Expo, o Euro ou os Jogos Olímpicos caracterizam-se por necessitarem que sejam criadas importantes infraestruturas, espaços urbanos e edifícios num curto espaço de tempo, o que se pode ser benéfico para quem organiza, pois faz em poucos anos o que normalmente faria em muitos mais, se o fizesse. Incrementa as possibilidades de no pós-evento perder sustentabilidade por não haver utilização suficiente de todas as infraestruturas criadas. Quando as infraestruturas vão sendo realizadas ao ritmo de crescimento e/ou de transformação das cidades (DURÃO, 2011), os seus impactos vão se diluindo no conjunto em transformação, que tende a ser naturalmente equilibrado. Num megaevento a realização muito rápida não é absorvida do mesmo modo pela cidade e isso pode gerar sérios desequilíbrios, sendo os financeiros aqueles que mais rapidamente espelham a situação – apesar de os mais graves serem o abandono de espaços urbanos e/ou a sua insuficiente utilização.

Caso não se tenha uma proposta global perfeitamente estabelecida e suficientemente abrangente e com espaço de flexibilidade suficiente, não se deve realizar o megaevento porque há o sério risco de criar estruturas urbanas e edifícios sem utilização posterior. O custo do megaevento nesses casos é muito elevado, pois acresce ao custo financeiro a descrença nas decisões políticas e de um modo geral nas instituições, como sucedeu em Portugal após o efêmero Euro 2004.

Previamente às decisões políticas de realização deste gênero de eventos devem ser realizados estudos técnicos independentes que não procurem justificar esse mesmo evento, mas contribuir para a clareza das soluções em discussão (PEREIRA, 2007). O exemplo do Euro 2004 prova quanto pode ser grave a decisão política sem suporte em estudos técnicos que só existiram após a decisão da realização do evento e de análise da execução e que mais não fizeram senão justificar as decisões políticas, por muito erradas que tenham sido.

Enquanto essas questões simples, quase de bom senso, não forem atendidas, iremos continuar a assistir à construção inútil de espaços urbanos e de edi-

fícios, enquanto outros muito mais importantes não são realizados.¹ Esta tendência de querer afirmar os países a partir de realizações de megaimpacto devem derivar da demonstração das capacidades políticas, econômicas, sociais e culturais do país e não consistir em eventos de mera fachada no plano internacional.

A Expo 98 em Lisboa e a criação do Parque das Nações

Portugal entrou para a CEE em 1986, tornando-se membro de pleno direito da mais importante estrutura europeia de países, passando por um processo intenso de adesão que transformou a sociedade portuguesa em muitos dos seus aspectos. Em 1990, quando Portugal concorreu à organização da Expo 98 (A Criação) havia vontade em Portugal para realizar eventos de grande visibilidade internacional, mostrar ao mundo um Portugal moderno e também ele capaz de estar entre os melhores. A realização em Espanha, em 1992, da Expo de Sevilha e dos Jogos Olímpicos de Barcelona, que contaram com milhares de portugueses e com ampla cobertura nacional, contribuiu também à vontade lusa. Por esse tempo estava em discussão em Lisboa o que fazer de espaços degradados do porto de Lisboa, alguns quase sem atividade e outros com atividades que a cidade não desejava ter – porque não permitiam aproximar a cidade do rio (FERREIRA, 1997) –, mas que contribuíram para profundas transformações na sua frente rio, que ainda hoje vão consolidando atividades lúdicas, de turismo e comerciais, com o abandono de muitos dos antigos espaços do porto de Lisboa. A realização da Expo numa zona necessitada de regeneração urbana foi bem recebida, apesar dos perigos de falhar como nova centralidade urbana (CASTRO, 1997b) (Figura 1A-C).

Essa operação contribuiu para a reorganização geral da infraestrutura viária e ferroviária da Área Metropolitana de Lisboa, cosendo diversos trajetos e consolidando a sua cintura interna, com a criação da ponte Vasco da Gama, a ligação ferroviária norte-sul, com a criação da Estação do Oriente, e a passagem de comboio pela ponte 25 de Abril, bem como retirou do local refinarias de petróleo, cais de embarque de

¹ A reabilitação urbana dos centros históricos das cidades portuguesas é provavelmente a obra mais importante que se pode fazer em Portugal neste momento e para a qual têm sido disponibilizadas poucas verbas e vontade política.

mercadorias e despoluiu o Rio Trancão (afluente do Tejo). Reorganizou as infraestruturas de transporte locais afastando o tráfego rápido do rio, mas não coseu bem os novos tecidos urbanos aos existentes, não estabeleceu continuidades espaciais, nem permeabilidades, com a envolvente próxima (PEREIRA, 2001), o que contribuiu para que esse espaço tivesse desde o início características de “gueto” na cidade (CLARA, 2008) e que se continue a manter, segundo o arquiteto Manuel Salgado², que prevê poder ser feita uma expansão de características urbanas idênticas de modo a colmatar o problema (COSTA, 2008).

A construção do Parque das Nações (Figura 1D-E) foi vista também como um momento de descontinuidade do desenvolvimento urbano tal como noutras etapas da história da cidade (caso da reconstrução da Baixa após o terramoto de 1755 ou a expansão de fins do séc. XIX) e por isso esperava-se que a Expo 98, com a força que adquiria, viesse a ser motor de desenvolvimento futuro da própria cidade (SALGADO, 1999). Outras transformações posteriores a que se assiste junto ao rio não têm propriamente a ver com esse local, mas com a referida ideia de aproximar a cidade do rio, como se tal fosse possível sem retirar da frente rio os acessos rodoviários de alta velocidade atuais e as linhas de caminho de ferro (DURÃO, 2011). Não deixa de ser verdade que após a Expo 98 a ideia de espaços urbanos melhor tratados, de maior dignidade, de melhor acessibilidade para as pessoas, ficou mais consistente e influencia positivamente a cidade.

Há um aspecto que merece particular relevância e destaque pela positiva que foi o planejamento do pós-evento como momento de descontinuidade/continuidade do evento principal. Desde o início perspectivou-se as suas três grandes etapas: as obras de infraestruturas gerais prévias ao evento e do espaço urbano envolvente; a realização da exposição propriamente dita; e a permanência das estruturas edificadas no pós-evento. A situação do pós-evento da Expo 92 em Sevilha foi analisada cuidadosamente, porque esse megaevento teve grande êxito ambiental, urbano e arquitetônico, mas foi negativo no pós-evento, pois assentou na ideia de canalizar-se para a ilha da Cartuja (local onde se realizou o evento) parte da administração regional, que deveria ocupar edifícios construídos, o que resultou num fracasso e num



Figura 1 - Parque das Nações, em Lisboa: antes da intervenção urbana (A-C); realizado no pós-Expo 98, está, na atualidade, praticamente concluído (D-E)

significativo prejuízo para a cidade, que teve de improvisar ocupações para tentar minorar a situação. Graças à quase ausência de utilização, parte significativa dos espaços do megaevento transformou-se em *sítios urbanos*, pois eles nunca se constituíram como espaços urbanos vividos – não foram adquiridos pela cidade, ficaram como espaços laterais, sem valor. O que falhou foi o modelo perspectivado para o pós-evento e acreditar na expansão urbana sem limites como solução das cidades, o que no nosso espaço cultural não tem possibilidade.

Assim, o sucesso passou a ser considerado insucesso, pois aquilo que ficou efetivamente para a cidade não foi o lado positivo e efêmero do evento, mas uma pesada herança financeira, como a existência de muitas infraestruturas urbanas, “sítios urbanos” e de edifícios sem boa utilização. Ao longo do tempo surgiram novas utilizações pontuais (como a criação da Isla Mágica, um parque de diversões), que nunca

² Manuel Salgado é atualmente vereador com o pelouro de urbanismo na Câmara Municipal de Lisboa.

substituíram aquilo que era efetivamente o objetivo inicial de um espaço urbano de elevada qualidade. A compreensão da Expo 92 nos seus muitos aspectos positivos e no estudo cuidadoso dos seus aspectos negativos permitiu aos decisores da Expo 98 em Lisboa começar antecipadamente a preparar o pós-evento e dar continuidade à Expo 98, que se transformou no atual Parque das Nações.

Outro importante megaevento internacional teve lugar também em Espanha, em 1992: os Jogos Olímpicos de Barcelona. São um excelente exemplo de planeamento, como se pode observar nos espaços urbanos e edifícios relacionados com a prática desportiva e que tiveram continuidade no pós-evento (IGLESIAS, 2010), pois não foram construídos em excesso, mas na medida que a cidade efetivamente necessitava para o desenvolvimento das próprias atividades desportivas e para a realização de atividades culturais e comerciais, de que é exemplo a utilização do Palau San Jordi. A realização de uma operação de regeneração urbana, que transformou uma parte degradada do porto de Barcelona na Vila Olímpica, abriu a cidade ao rio (BUSQUETS, 2005) e foi usada pelos atletas, mais não era do que uma nova urbanização na continuidade do tecido urbano existente e na sua natural expansão, com um desenho urbano derivado do anterior, mas mais atual e de acordo com as tendências da época. Assim, o pós-evento foi natural e sem qualquer gênero de traumatismo, pois o que foi edificado foi integrado ou já era parte da própria cidade.

No Parque das Nações o modelo urbano privilegia o centro comercial em detrimento do comércio de bairro. Assim, foram criados dois bairros: Sul (Figura 2A-D) e Norte (Figura 3A-B), e entre eles a zona comercial, de serviços, e ao longo do rio desenvolveram-se espaços e equipamentos de caráter lúdico (Figura 4A-I). O desenho urbano do bairro Sul inspira-se em bairros de Lisboa de quarteirões com frentes de rua. Só de residência, sem comércio no seu interior, e isso contrasta com os bairros de Alvalade, Campo de Ourique ou outros na cidade consolidada (ATLAS, 2006). O outro bairro, ao norte, também é organizado em quarteirões, mas os pisos térreos são, em muitos casos, pisos de estacionamento. Estabelece-se pouca relação das pessoas com a rua. Esses modelos de bairros nunca proporcionam vivência de bairro, ao contrário dos da cidade consolidada. O esforço do comércio foi para a concentração

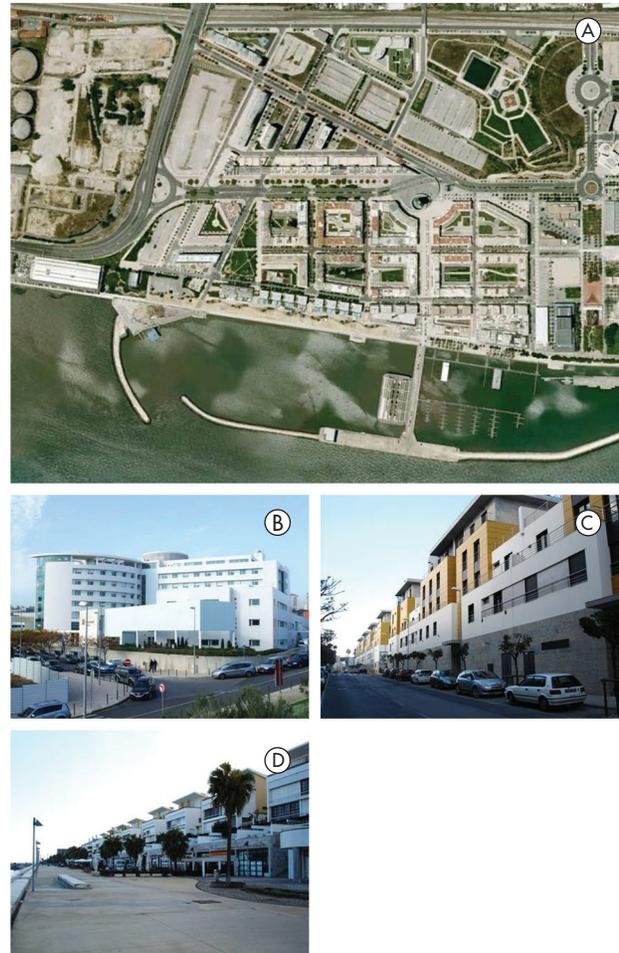


Figura 2 - Parque das Nações, Zona Sul (A); Zona de equipamentos, Hospital da CUF – Descobertas (B); Bairro residencial sul (C); Bairro residencial e Marina (D)

num espaço central entre os bairros. A cidade é a do carro. Aqui, para se chegar ao *shopping* vai-se de carro. Essa é, em nosso entender, uma das maiores fragilidades desse projeto ao nível urbano, que criou espaços urbanos de elevada qualidade, em que o tratamento das áreas públicas fundamentou-se numa valorização paisagística onde se integram parques e jardins, tendo o Tejo como fundo (TOSTÕES, 2006).

No aspecto financeiro, a gestão da Parque Expo defendeu que as elevadas despesas do megaevento seriam compensados pelas receitas, nomeadamente as de imobiliário, tendendo o resultado para ser nulo a prazo, e desse modo a sua realização não seria nesse plano um problema, seria autossustentável (CASTRO, 1997a). Não foi assim e as despesas pelo menos duplicaram, o que transformou esse evento num problema financeiro. O horizonte de realização



Figura 3 - Parque das Nações. Zona Norte (A); Bairro residencial até à Ponte Vasco da Gama (B)

do Parque das Nações era para vinte anos, de modo a ser possível consolidar a urbanização e as vivências, mas foi realizado em cerca de oito, dez anos. Isso adulterou a qualidade pensada inicialmente, graças à necessidade de realização de receitas para diminuir os impactos financeiros negativos. Modificaram-se espaços públicos em espaços urbanizados, prejudicando a qualidade do modelo inicialmente pensado, como explicou numa entrevista Vassalo Rosa, arquiteto coordenador do Plano Geral de Urbanização (RIBEIRO, 2004b).

Euro 2004, Portugal

O futebol é o jogo de eleição nacional, tendo Portugal alguns dos mais conceituados clubes e jogadores do mundo. A realização em Portugal do Euro 2004 foi de modo geral saudado como positivo pelo

³ Torcidas organizadas, no Brasil.

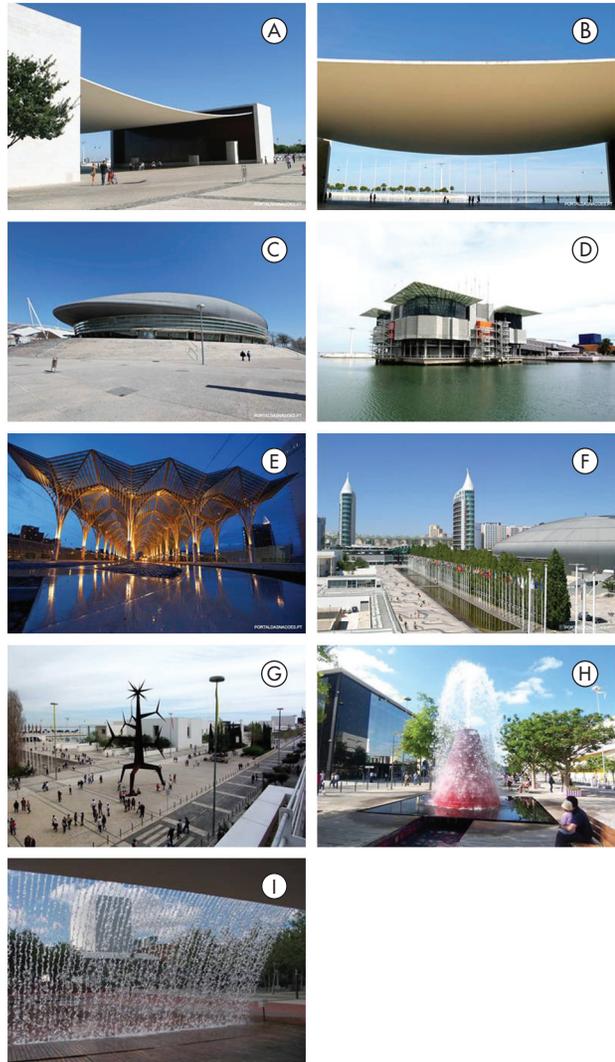


Figura 4 - Pavilhão de Portugal (A-B); Pavilhão Atlântico (C); Oceanário de Lisboa (D); Estação do Oriente (E); Espaço urbano qualificado e jogos de água (F-I)

país. Tinha sido realizada a Expo 98 e os problemas detectados, nomeadamente ao nível financeiro, estavam presentes e esperava-se que não se repetissem. O que sucedeu foi algo muito mais grave do que tinha ocorrido com o megaevento anterior, graças a um processo mal conduzido no âmbito do planeamento central. O evento em si, como espetáculo de futebol, de claques³ e em termos de segurança, foi bem organizado.

Para a realização do Euro 2004 era necessário ter estádios que cumprissem as normas da UEFA e em quantidade suficiente para ser possível a realização

do evento, o que seria possível com cerca de sete estádios. O modelo de financiamento assentou numa participação do estado português e de fundos comunitários que foi variável para todos os estádios, conforme se apresenta nos Quadros 2, 3 e 4. O restante foi financiado por promotores que em quatro estádios – Alvalade XXI, Bessa, Dragão e Luz (Quadro 4) – foram os próprios clubes enquanto nos restantes foram as autarquias municipais (Quadro 3) a assumir o papel de promotores do futebol profissional (AVALIAÇÃO, 2004). Dos estádios realizados por clubes, só o Bessa, cujo proprietário é o Boavista F.C., atravessa dificuldades financeiras muito sérias, que derivam dos maus resultados e problemas internos do próprio clube. O investimento envolvido abrangue a construção dos estádios, dos estacionamento e das acessibilidades aos próprios estádios, sendo nessa vertente que os estádios dos clubes mais beneficiaram.

O Euro 2004 foi muito forçado para Portugal ao nível da construção de novos estádios e na ampliação e reabilitação dos existentes. A ânsia de realizar obra, a megalomania associada e a incapacidade do governo resistir aos *lobbies* do futebol e autárquico deram lugar a erros gravíssimos no planeamento do pós-evento, com repercussões negativas no endividamento de clubes e autarquias. As derrapagens financeiras (Quadro 1) foram suportadas pelos promotores, que, no caso dos estádios públicos, foram as autarquias municipais envolvidas. A parte mais significativa do financiamento foi contratada com entidades financeiras, com amortização dos empréstimos

em vinte anos, a que acrescem juros. Para além desses avultados encargos financeiros juntam-se as elevadas manutenções diárias dos estádios (SOL, 2011b). Esse conjunto de despesas torna cada vez mais inviáveis as autarquias, que se endividaram na estranha ilusão do Euro 2004 e do futebol profissional em Portugal. Hoje essas autarquias prejudicam o seu normal funcionamento e os interesses das suas populações por terem embarcado numa aventura dispendiosa.

Quando analisamos estudos económicos realizados durante o evento (ISEG, 2004) e no pós-evento (RIBEIRO, 2004a), transparece a vontade de ler os acontecimentos como positivos na sua globalidade e de baixo investimento para o Estado, por não se considerar as autarquias como tal. Há, como diz Silva Lopes (2010), reputado economista português, estudos económicos que justificam tudo, mesmo o injustificado.

A análise que realizamos a cada estádio foi, nos aspectos financeiros, suportada pelo Relatório realizado pelo Tribunal de Contas (2005), que é a entidade fiscalizadora portuguesa especializada em analisar os aspectos financeiros das grandes obras públicas. Apresentamos muito resumidamente a situação em cada estádio, como nos Quadros 1 a 4, refletindo sobre as diferentes realizações e tendo como pano de fundo o problema financeiro do pós-evento e a procura de soluções alternativas não planeadas:

- O *Estádio Municipal de Aveiro* (Figura 5A) fica localizado fora da cidade, junto ao parque industrial, e tem boas acessibilidades. Foi

Quadro 2 - Encargo público com o Euro 2004 nos estádios de promoção pública

Indicadores	Comparticipações públicas aprovadas (a)	Investimento do promotor público	Valor atual dos encargos financeiros (b)	Total
Estádio Municipal de Braga	9.699.781	130.171.099	16.250.000	156.120.880
Estádio D. Afonso Henriques (Guimarães)	7.694.236	26.558.561	8.600.000	42.852.797
Estádio Municipal de Aveiro	11.379.159	56.721.625	12.000.000	80.100.783
Estádio Cidade de Coimbra	10.378.815	42.904.504	3.700.000	56.983.319
Estádio Dr. Magalhães Pessoa (Leiria)	11.100.610	72.106.863	7.700.000	90.907.473
Estádio Algarve	22.339.617	44.025.094	11.500.000	77.864.711
Total	72.592.218	372.487.746	59.750.000	504.829.964

Legenda: (a) Estado central e outras participações; (b) A cargo de promotor público

Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS, 2005, extrato do quadro da p. 140.

Quadro 3 - Estádios públicos

Indicadores	Estádio Municipal de Braga	Estádio D. Afonso Henriques	Estádio Municipal de Aveiro	Estádio Cidade de Coimbra	Estádio Dr. Magalhães Pessoa (Leiria)	Estádio Algarve	Total
Proprietário do estádio	C. M. Braga	Vitória S. C. Guimarães	C. M. Aveiro	C. M. Coimbra	C. M. Leiria	C. M. Faro e C. M. Loulé	
Clube residente	S. C. de Braga	Vitória S. C. Guimarães	S. C. Beira-Mar	Acadêmica de Coimbra	Sem clube residente	F. C. Farense e Louletano F. C.	
Manutenção	C. M. Braga (a)	Vitória S. C. Guimarães	C. M. Aveiro (a)	C. M. Coimbra (a)	C. M. Leiria	C. M. Faro e C. M. Loulé (a)	
Gênero de obra	Estádio novo	Remodelação	Estádio novo	Remodelação	Estádio novo	Estádio novo	
N. de lugares (aproximado)	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	180.000
Custo global do empreendimento – participação pública (*)							
Estádio	180.094.387	26.386.279	51.054.129	38.029.638	53.850.170	46.140.544	323.555.147
Estacionamentos	3.296.690	4.459.443	1.890.626	4.685.207	10.795.128	6.119.810	31.246.903
Acessibilidades	4.127.136	3.407.076	14.917.156	10.568.474	12.041.765	13.567.720	58.629.327
Outros investimentos/ infraestruturas	24.352.666	0	238.873	0	6.520.410	536.638	31.648.587
Valor atual dos encargos financeiros (**)	16.250.000	8.600.000	12.000.000	3.700.000	7.700.000	11.500.000	59.750.000
Total	156.120.879	42.852.798	80.100.783	56.983.319	90.907.473	77.864.712	504.829.964

Legenda: (a) As Câmaras Municipais (C. M.) asseguram a manutenção, tendo contratos com os clubes residentes, e realizam outras atividades para ajudar a colmatar as despesas de manutenção
Fontes: (*) TRIBUNAL DE CONTAS, 2005, extrato do quadro da p. 138; (**) TRIBUNAL DE CONTAS, 2005, extrato do quadro da p. 149.

Quadro 4 - Estádios particulares

Indicadores	Estádio do Dragão (Porto)	Estádio do Bessa (Boavista)	Estádio de Alvalade (Lisboa)	Estádio da Luz (Lisboa)	Total
Proprietário e clube residente	F. C. Porto	Boavista F. C.	Sporting F. C.	Benfica F. C.	
Gênero de obra	Estádio novo	Remodelação	Estádio novo	Estádio novo	
N. de lugares (aproximado)	52.000	30.000	52.000	60.000	194.000
Participação pública nos custos globais (*)					
Estádio	16.518.290	7.048.760	16.362.015	20.731.843	60.660.908
Estacionamentos	1.558.120	743.520	1.545.899	1.593.036	5.440.575
Acessibilidade (a)	119.558.917	30.254.227	7.091.274	13.099.824	170.004.242
Total	137.635.327	38.046.507	24.999.187	35.424.703	236.105.725

Legenda: (*) TRIBUNAL DE CONTAS, 2005, extrato do quadro da p. 151.

Fonte: A C. M. Porto decidiu, quando da construção do estádio, realizar o Plano das Antas, que já previa a melhoria significativa das acessibilidades naquele local, tendo aproveitado o Euro 204 para fazê-lo.

construído de novo com cerca de 30 mil lugares. O Sport Clube Beira-Mar utiliza-o em jogos oficiais. A Câmara Municipal de Aveiro tem tido muitas dificuldades em manter o estádio e por isso tem tentado diversas utilizações, como a de localizar aí a Escola Profissional de Aveiro, e está em preparação a realização de uma incubadora de empresas em conjunto com a Universidade de Aveiro. Esses novos usos trazem vida ao recinto e contribuem em parte ao pagamento das despesas relativas à manutenção do estádio. Foi recentemente considerado como Imóvel com Interesse Turístico, pelo que ficará abrangido pelos roteiros turísticos nacionais (NOTÍCIAS, 2011), havendo ainda a possibilidade de vender o estádio ao S.C. Beira-Mar (SANTANA, 2011).

- O *Estádio Municipal de Braga* (Figura 6) é propriedade da Câmara Municipal de Braga. É o campo principal do Sporting Clube de Braga. O estádio tem 30 mil lugares e foi a maior derrapagem financeira em relação ao previsto inicialmente, pois custou mais de três vezes do foi estimado. Os encargos financeiros e a manutenção têm trazido muitos problemas financeiros à autarquia. Este ano teve de aumentar a taxa de imposto municipal para o valor máximo, de modo a minorar essas despesas, e tem a equidade tido bons resultados nas últimas épocas, o que contribui positivamente ao problema de sustentabilidade. Esse estádio integra-se num futuro Parque Urbano, sendo o seu primeiro equipamento. Projetado pelo Arquiteto Souto de Moura, integra-se no local de uma antiga pedreira e na encosta com vista para o vale e cidade. É uma interessante peça de arquitetura, o que é uma mais-valia artística e cultural para a cidade. A derrapagem financeira ensombra essa notável obra arquitetônica, apesar de a Câmara de Braga ter assumido que era vantajoso para a cidade que fosse realizado esse projeto, pela sua elevada qualidade urbana e arquitetônica, em detrimento de outro apresentado também pelos projetistas (FURTADO; QUINAZ; BASTOS, 2011). Nesse caso, o tempo dirá da justeza ou não dessa posição que tantas dificuldades financeiras têm trazido ao município.
- O *Estádio D. Afonso Henriques*, em Guimarães (Figura 5B), é propriedade do Vitória Sport

Clube de Guimarães, mas quem realizou e assumiu o financiamento foi a Câmara Municipal de Guimarães (CMG). Foi o único caso de investimento público integral sobre propriedade privada, por a CMG ter considerado como uma mais-valia para o concelho a sua realização; foi simultaneamente o que teve menores custos de obra. O estádio insere-se na malha urbana existente. Para além da criação de estacionamento foram também realizados diversos arranjos exteriores. Foi remodelado, passando a ter capacidade para 30 mil lugares. Apesar de o clube residente não ter atualmente bons resultados na Liga o público adere muito ao futebol e assim vai minorando o problema financeiro, que é de todos o menor, em virtude de a exploração e a manutenção pertencerem por exclusivo ao clube.

- O *Estádio de Leiria* (Figura 5C) é um estádio municipal, junto à cidade, que ficou com o topo norte por concluir. O custo dos encargos e da manutenção torna incomportável a sua exploração. Foi realizado sem ter em consideração a dimensão e capacidade financeira do principal clube de futebol da terra, o União de Leiria, que este ano passou a jogar noutra localidade, por não poder pagar os custos de manutenção do estádio. Têm havido diversas propostas para reutilizações, nomeadamente na área do imobiliário, o que, na atual crise do setor, não é solução. Um deputado por Leiria propôs na Assembleia da República a demolição do Estádio, provavelmente a solução mais eficaz para acabar com os encargos. A Assembleia Municipal de Leiria aprovou recentemente diligenciar no sentido de vender o estádio (SOL, 2011a), por serem incomportáveis para a autarquia tanto os encargos financeiros quanto a manutenção, estando a desenrolar-se negociações nesse sentido.
- O *Estádio Cidade de Coimbra* (Figura 5D) é propriedade da Câmara Municipal de Coimbra. Localiza-se no interior da cidade em zona consolidada, foi remodelado e tem cerca de 30 mil lugares. Para além do campo de futebol, tem pista de atletismo e é usado pela equipe de futebol da Associação Acadêmica de Coimbra, como já acontecia anteriormente. Tem sido usado também para outros eventos, como concer-

tos, que contribuem a suportar os encargos financeiros e a manutenção do estádio.

- O *Estádio do Algarve* (Figura 5E) tem capacidade para cerca de 30 mil pessoas e foi desenvolvido pelos municípios de Faro e Loulé, onde jogam, como equipes residentes, o F.C. Farense e o Louletano F.C. Para amenizar os custos, têm sido realizados outros eventos. Foi realizado num local a cerca de 8 km das duas cidades Algarvias, no Parque das Cidades, que é um local de futura expansão urbana. Foi projetado na perspectiva de apoio a estágios de equipes do norte da Europa que se deslocam para o sul no inverno, mas não foi realizado o restante complexo com piscinas, ginásios, *health-club* e outras comodidades necessárias. Com a retração da economia, nomeadamente do setor imobiliário, a zona envolvente continua vazia, sendo o estádio uma peça isolada. Esse afastamento das cidades, um projeto incompleto e a necessidade de construir infraestruturas que pouca utilização têm prejudicam em muito as contas públicas.
- O *Estádio do Dragão* (Figura 5F) é propriedade do F.C. Porto e substituiu o anterior estádio das Antas, que foi integralmente demolido. O novo estádio tem 52 mil lugares. O seu financiamento foi suportado pelo clube. O clube integrou bem nas suas contas os encargos financeiros que assumiu com a sua construção. Os êxitos da equipe contribuem em muito para o êxito global do clube em que se integra o novo estádio. A Câmara Municipal do Porto realizou, quando da construção do novo estádio, o Plano das Antas, que conferiu uma significativa transformação das acessibilidades locais e o maior investimento do gênero do europeu.
- O *Estádio do Bessa* (Figura 5G) é propriedade do Boavista F.C. e foi remodelado e ampliado. O estádio tem cerca de 30 mil lugares e está sobredimensionado para a atividade do clube. Neste momento o clube passa por muitas dificuldades de administração, financeiras e desportivas.
- O *Estádio da Luz* (Figura 5H) é propriedade do Benfica F.C., localiza-se em Lisboa e foi realizado no local do anterior, que foi integralmente demolido. Tem 65 mil lugares e é o maior estádio de Portugal, o que corresponde ao clube

que também é o clube português com maior número de sócios. Algumas dificuldades financeiras pelas quais tem passado estão relacionadas com a realização do estádio. A Câmara Municipal de Lisboa propôs ao Benfica e ao Sporting a realização de um único estádio para os dois clubes rivais, mas acabou por cada um fazer o seu estádio. Essa solução teria provavelmente sido benéfica no plano financeiro para ambos os clubes.

- O *Estádio José Alvalade XXI* (Figura 5I) é propriedade do Sporting Clube de Portugal, localiza-se em Lisboa e substituiu o antigo estádio de Alvalade, que foi demolido. O número de lugares é de 52 mil. Apesar da dimensão do clube, o Sporting não integrou bem na sua atividade os novos encargos financeiros.



Figura 5 - Aveiro (A); Guimarães (B); Leiria (C); Coimbra (D); Algarve (E); Dragão (F); Bessa (G); Luz (H); Alvalade XXI (I)



Figura 6 - Estádio Municipal de Braga. A sua forma desmaterializa o estádio na paisagem, integrando-o quer ao nível formal como cromático. Numa obra reconhecida de arquitetura e engenharia da autoria do arquiteto Souto de Moura

Em termos gerais foram construídos estádios a mais para a prática de futebol profissional do que era necessário e, sobretudo, foram sobredimensionados, quando continuam a faltar parques desportivos locais que permitam a prática de futebol por jovens interessados e para escolas de formação local de futebol não profissional, que permitiriam o acesso ao futebol de muitos jovens, especialmente em locais complexos ao nível social.

Afinal, o Euro 2004 não era efetivamente sustentável no pós-evento como atualmente se demonstra, pois, passados sete anos, é reconhecida a imensa dificuldade das autarquias que realizaram os estádios, em função dos encargos que assumiram. Augusto Mateus (GREEN SAVERS, 2011), reconhecido economista e antigo ministro da Economia, defendeu este ano a demolição de cinco estádios do Euro: Braga, Aveiro, Coimbra, Leiria, Algarve/Loulé, que custam às Câmaras Municipais mais de 13 milhões de euros por ano à banca pela amortização e juros das dívidas contraídas pela edificação dos estádios. Esses encargos impedem o normal funcionamento dessas autarquias, sendo mais graves as situações de Aveiro e Leiria. Para além dos encargos financeiros há ainda a considerar a manutenção, que tem custos muito elevados.

Esses estádios têm estado no centro da polémica e Silva Lopes considerou recentemente o estádio de Leiria como “monumento à estupidez nacional em matéria de investimento” (SILVA, 2010). Considera escandalosa a ineficiência dos investimentos públicos, que, para ele, devem ser precedidos por estudos técnicos rigorosos e independentes antes de qualquer decisão política.

Estudos não condicionados pelo poder político central nem autárquico teriam de certo proporcionado a compreensão da razoabilidade do dimensionamento dos estádios e não ter criado “elefantes brancos” que prejudicam em muito o país, com maior evidência nas cidades onde foram construídos.

Foi um erro grave a apreciação de que as cidades menores poderiam financiar estádios de 30 mil lugares para a prática de futebol profissional e de que seus principais clubes poderiam pagar a sua manutenção. É hoje claro que a emoção de ter um estádio de visibilidade europeia não deve substituir a razão do trabalho empenhado das autarquias locais em prol das suas populações.

Só os maiores clubes de Portugal e o Vitória de Guimarães suportam, ainda com alguma dificuldade, os encargos financeiros dos novos estádios, sendo, pelo menos aparentemente, uma vantagem a sua realização. Os clubes com estruturas frágeis ficaram ainda em pior situação financeira, ou os encargos ficaram para as Câmaras Municipais, que além de custearem os estádios, ainda têm de assumir a sua manutenção.

Conclusões

A breve análise que apresentamos da Expo 98, em Lisboa, e do Euro 2004, em Portugal, permite perceber a importância que tem o pós-evento na apreciação do sucesso ou insucesso geral do evento e como essa é também uma fase decisiva do processo e a mais difícil de gerir, planejar e projetar.

É fundamental aprender com os erros, corrigindo práticas e atitudes na realização de eventos, pelo que é fundamental que antes das opções gerais e de decisões sobre locais se façam estudos independentes que permitam comparações e posteriores decisões. É fundamental decidir bem, criar estratégias flexíveis e planejar de modo integrador as três fases do megaevento, sem atitudes facilitadoras, em permanente acerto e com boas contas. Essas parecem

ser ideias base para o sucesso de um evento desse gênero, sempre com a perspectiva de tornar o efêmero em permanente e procurando ter como objetivo central a sustentabilidade, que deve responder a aspectos fundamentais: a utilização das estruturas urbanas e dos edifícios criados, uma solução séria no plano financeiro e ser ambientalmente sustentável.

O insucesso no pós-evento faz esquecer o sucesso do próprio evento, descredibilizando decisores políticos, técnicos e as próprias instituições democráticas. Ao pico de satisfação que o megaevento gera na população segue-se o descrédito, a desmoralização e a desmotivação, porque há o sentimento de ter havido logro, engano e irresponsabilidade, sabendo-se que em última instância são as populações, com os impostos, que pagam os excessos e os insucessos.

Essas realizações são, pois, verdadeiros desafios de planejamento, gestão e organização para equipes pluridisciplinares. A flexibilidade estratégica e, simultaneamente, a rigidez nos princípios orientadores podem ser fundamentais para se obter a necessária capacidade de adaptação do processo, mas evitando simultaneamente descarrilar os grandes objetivos traçados que deverão integrar o pós-evento.

O trabalho de preparação e organização deve assentar em bases rigorosas e científicas independentes, que serão porventura os únicos modos de avaliar de modo sério o processo de planejamento e gestão. A transparência de todo o processo e a sua abertura à participação da população e de especialistas são modos de acompanhamento, de verificação e de opinião. A constante verificação, checagem, por equipes independentes, pode ser um contributo para corrigir eventuais desvios dos objetivos centrais e erros durante o processo.

A introdução de estruturas de flexibilidade, capazes de responder ao momento de realização do megaevento e do pós-evento (por poderem se transformar em estruturas que se consiga utilizar e manter), são desafios para os projetos urbanos e para os projetos de edifícios, porque são exigências das sociedades. Tome-se o exemplo da solução arquitetônica para o estádio olímpico de Londres, que se integra aos Jogos Olímpicos de 2012. O gabinete Populous concebeu um estádio com ocupação máxima de 80 mil lugares para a realização do evento, que poderá ser reduzida para 55 mil ou mesmo para 25 mil lugares, que é o dimensionamento considerado como sustentável no pós-evento. Tal postura demonstra

como se pode fazer das dificuldades de cumprir um programa muito complexo uma vantagem, se forem realizados estudos prévios que determinem o que deve suceder no pós-evento, projetos rigorosos que cumpram esses mesmos objetivos e decisores que não modifiquem as grandes linhas orientadoras. Só com elevado rigor em todo o processo é possível cumprir os desígnios do megaevento e resolver bem o pós-evento. Todo esse processo fundamenta-se em novos modos de projetar, em que

[...] o projeto já não é apenas uma intenção traduzida num desenho. Ele é também um instrumento cuja elaboração, expressão, desenvolvimento e execução revelam as potencialidades e as limitações impostas pela sociedade, pelos atores em presença, os lugares, as circunstâncias e os acontecimentos (ASCHER, 2008, p. 80).

Referências

ACRIAÇÃO. **Expo 98**: a candidatura de Portugal à realização da exposição. 2009. Disponível em: <<http://acriacao.blogs.sapo.pt/10728.html>>. Acesso em: 5 set. 2011.

ASCHER, F. **Le nouveaux principes de l'urbanisme**: la fin des villes n'est pas a l'ordre du jour. Paris: Éditions de l'Aube, 2008.

AVALIAÇÃO Económica do EURO 2004. **Avaliação do componente financeira**. 15 mar. 2004. Disponível em: <www.iseg.utl.pt/mm-conteudos/noticias/.../Estudo_Sintese_24Mar04.pdf>. Acesso em: 5 set. 2011.

BUSQUETS, J. **Barcelona**: the urban evolution of a compact city. Rovereto: Nicolodi Editore, 2005.

CASHMAN, R. Olympic legacy in an Olympic city: Monuments, museums and memory. In: International Symposium for Olympic Research. Global and cultural critique: problematizing the Olympic Games. 4., 1998, Canadá. **Proceedings...** Canadá: International Symposium For Olympic Research. 1998, Disponível em: <<http://www.la84foundation.org/SportsLibrary/ISOR/ISOR1998m.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2011.

CASTRO, A.; LUCAS, J.; FERREIRA, V. M. A engenharia financeira e as variações orçamentais da Expo' 98. **Sociologia: Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 24, p. 211-230, 1997a. Disponível em: <<http://repositorioiul.iscte.pt/bitstream/10071/820/1/12.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2011.

- CASTRO, A.; LUCAS, J.; FERREIRA, V. M. O plano de urbanização da Expo' 98 e os compromissos de política urbana de Lisboa. **Sociologia - Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 24, p. 197-209, 1997b. Disponível em: <<http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/16/163.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2011.
- CATEDRAIS DESPORTIVAS. **Vistas gerais do Parque das Nações**: Google Earth 2011 com montagem do autor. Fotografias dos estádios. Disponível em: <<http://estadios.wordpress.com/category/euro-2004/>>. Acesso em: 5 set. 2011.
- CLARA, A. Um sentimento de frustração. **Jornal Diabo**, p. 6, 22 maio 2008. Disponível em: <http://idp.somosportugueses.com/pdf/imprensa/Expo98_1.pdf>. Acesso em: 5 set. 2011.
- COSTA, A. Zona da Expo-98 continua a ser um "gueto". **Jornal Expresso**, 5 maio 2008. Disponível em: <<http://aeiou.expresso.pt/zona-da-expo-98-continua-a-ser-um-gueto=f312190>>. Acesso em: 5 set. 2011.
- DURÃO, V. C. M. **Análisis urbano del frente de Alfama, en Lisboa**: formación y transformación. España: Editorial Académica Española, 2011. Disponível em: <http://iscte.academia.edu/VitorDuraio/Books/967603/Analisis_Urbano_del_frente_de_Alfama_en_Lisboa_-_Formacion_y_transformacion>. Acesso em: 5 set. 2011.
- GREEN SAVERS. **Augusto Mateus volta a defender demolição dos estádios do Euro 2004**. 16 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.greensavers.pt/2011/02/16/augusto-mateus-volta-a-defender-demolicao-dos-estadios-do-euro-2004/>>. Acesso em: 5 set. 2011.
- FERREIRA, V. **Lisboa, a metrópole e o rio**: centralidade e requalificação das frentes de água. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1997.
- FURTADO, R.; QUINAZ, C.; BASTOS, R. **O novo estádio municipal de Braga**. 2011. Disponível em: <www.afaconsultores.pt/download.php?fich=2290_4.pdf>. Acesso em: 5 set. 2011.
- IGLESIAS, X. **O cenário pós Jogos Olímpicos de Barcelona '92**. Instituto Nacional de Educação Física da Catalunha (Universidade de Barcelona). 2010. Disponível em: <http://www.gr.unicamp.br/ceav/revista/content/pdf/Escenario_post_Barcelona92_Iglesias_traduzido.pdf>. Acesso em: 5 set. 2011.
- NOTÍCIAS DE AVEIRO. **Interesse turístico pode ajudar viabilização do estádio de Aveiro**. 21 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.noticiasdeaveiro.pt/noticias/show.aspx?idioma=pt&idcont=20872>>. Acesso em: 5 set. 2011.
- PEREIRA, Á. S. **Os mitos da economia portuguesa**. 4. ed. Lisboa: Guerra e Paz Editores, 2007.
- PEREIRA, N. T. Vítor Matias Ferreira et al., Lisboa, a Metrópole e o Rio, e Vítor Matias Ferreira e Francisco Indovina (Org.) et al., A cidade da Expo 98. **Análise Social**, v. 35, n. 157, p. 1118-1121, 2001. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223992865X1wDN3ct9Dv27PR7.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2011.
- PORTAL do Parque das Nações. **Fotografias do Parque das Nações**. Disponível em: <<http://www.portaldasnacoes.pt/>>. Acesso em: 5 set. 2011.
- RAEDER, S. O jogo das cidades: impactos e legados territoriais indutores do desenvolvimento urbanos em sedes de megaeventos esportivos. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMERICA LATINA, 12., 2009, Montevideo, Uruguay. **Anais...** Disponível em: <egal2009.easyplanners.info/area/05/5464_Raeder_Savio.doc>. Acesso em: 5 set. 2011.
- RIBEIRO, J. C. et al. **Avaliação do Impacte Económico do Euro 2004 - Relatório Final**. Minho, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, Núcleo de Investigação em Políticas Económicas. 2004a. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2761/1/19%20Final%20Report%20EURO%202004.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2011.
- RIBEIRO, F. Parque das Nações começou há dez anos. **Público**, 18 ago. 2004b. Disponível em: <http://www.publico.pt/Local/parque-das-nacoes-comecou-ha-dez-anos_1201289>. Acesso em: 5 set. 2011.
- SALGADO, M. Lisboa. O rio e a renovação urbana. Expo 98. O seu papel como catalizador do rejuvenescimento de Lisboa. **Ciudades**, n. 5, 1999. Disponível em: <dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=569812&orden=0>. Acesso em: 5 set. 2011.
- SANTANA, M. J. Gestão do Estádio de Aveiro deve passar para o Beira-Mar. **Público**, 7 jul. 2011. Disponível em: <http://www.dossiers.publico.pt/Local/gestao-do-estadio-de-aveiro-deve-passar-para-o-beiramar_1501838>. Acesso em: 5 set. 2011.

SILVA Lopes considera Estádio de Leiria “monumento à estupidez nacional”. **Região de Leiria**, 30 out. 2010. Disponível em: <<http://www.regiaodeleiria.pt/2010/10/economista-silva-lopes-considera-estadio-de-leiria-monumento-a-estupidez-nacional/>>. Acesso em: 5 set. 2011.

SOL. **Estádio de Leiria à venda por 63 milhões de euros**. 16 jun. 2011a. Disponível em: <http://sol.sapo.pt/inicio/Desporto/Interior.aspx?content_id=21890>. Acesso em: 5 set. 2011.

SOL. **Estádios do Euro 2004 custam 55 mil euros por dia às autarquias**. 11 jul. 2011b. Disponível em: <http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=23798>. Acesso em: 5 set. 2011.

SOLÀ-MORALES, I. de. **Territorios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

TOSTÕES, A. Lisboa e Tejo e tudo... In: SALGADO, M. **Atlas urbanístico de Lisboa**. Lisboa: Argumentum Edições, 2006. p. 20-28.

TRIBUNAL DE CONTAS. Euro 2004. 2ª fase da Auditoria. **Relatório**, v. 1, n. 37, secção 2, 2005. Disponível em: <http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2005/audit-dg-tc-rel037-2005-2s-v1.pdf>. Acesso em: 5 set. 2011.

Recebido: 01/08/2011

Received: 08/01/2011

Aprovado: 12/09/2011

Approved: 09/12/2011